

REQUERIMENTO Nº. 014/2025

**EXMO. SR. CLÓVIS COLDIBELI, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
OURO FINO/MG**

CAROS COLEGAS VEREADORES

Data: 09/06/2025

10º Sessão Ordinária

☒ **APROVADO**
☐ **REJEITADO**


Presidente


Vice-Presidente


Secretário

Os Vereadores que a este subscreve, com amparo no art. 193, § 3º, inciso “X”, do Regimento Interno, requerem, após ouvido o soberano Plenário desta Casa de Leis, seja encaminhado ao Executivo Municipal o presente **REQUERIMENTO**, solicitando informações acerca da concessão do benefício da Tarifa Social de Água e Esgoto no Município de Ouro Fino, nos termos da Lei Federal nº 14.898/2024. As informações solicitadas são as seguintes:

1. Qual o atual número de imóveis que estão sendo beneficiados pela Tarifa Social de Água e Esgoto no município de Ouro Fino?
2. As famílias que têm direito à Tarifa Social de Água e Esgoto estão sendo automaticamente incluídas pela empresa responsável pelo abastecimento, conforme previsto na Lei nº 14.898/2024? Caso negativo, justificar.
3. Como está sendo realizada a divulgação da Tarifa Social de Água e Esgoto aos munícipes cadastrados no CadÚnico?
4. Existe também algum trabalho de divulgação desse direito para as famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e ao mesmo tempo possuem entre seus membros pessoas com deficiência ou idosos com mais de 65 anos sem meios de prover seu sustento?



CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

JUSTIFICATIVA

A Lei Federal nº 14.898/2024 estabelece critérios claros para garantir o acesso das famílias de baixa renda ao benefício da Tarifa Social de Água e Esgoto, promovendo justiça social e alívio no orçamento familiar. O benefício assegura o desconto de 50% na tarifa para o consumo essencial e visa alcançar famílias inscritas no CadÚnico e beneficiárias do BPC.

É fundamental, portanto, que o Poder Executivo Municipal acompanhe e fiscalize a correta aplicação da legislação por parte do DMAAE, bem como promova ampla divulgação do benefício para que a população que tem direito a ele seja plenamente informada.

O acesso à informação e a efetiva implementação dessa política pública representam um passo importante na garantia de direitos sociais fundamentais.

Sala das Sessões “Vereador Antônio Olinto Alves” em 05 de junho de 2025.



PAULO HENRIQUE CHISTE DA SILVA
VEREADOR



CÍCERO DE LIMA BRAGA
VEREADOR